

Realização:



Apoio:



AGENDA PRIORITÁRIA SETOR TÊXTIL E DE CONFECÇÃO VOCAÇÃO BRASILEIRA 2019/2022

A agenda de prioridades da Abit traz uma visão dos macro temas que o País precisa priorizar para ser mais competitivo. Ela foi construída com base nas discussões dos empresários do setor têxtil e de confecção. Veja no infográfico uma síntese dos 12 temas indispensáveis, com alguns subtemas mais essenciais. Destaca-se que, a Reforma Política é fundamental para melhor desempenho das instituições do governo e andamento apropriado das proposições dentro do Congresso.

Tributação

Dar total prioridade à Reforma Tributária que reduza o número de tributos, em linha com a introdução do conceito de IVA (imposto sobre valor adicionado)

Aperfeiçoar a utilização de créditos tributários relativos aos investimentos Produtivos

Criar um regime tributário competitivo para a confecção (RTCC), que estimule a geração de empregos, desonerando a atividade, independentemente do tamanho da empresa

Ampliar os prazos de recolhimento de tributos, de forma que fiquem compatíveis aos prazos comerciais de recebimento das vendas

Manter a desoneração da folha de pagamentos do setor têxtil e de confecção, uma vez que o setor foi um dos pioneiros e atende ao espírito original da medida, já que emprega muito e está submetido à forte concorrência externa

Ambiente macroeconômico

Controlar o avanço da Dívida Pública que hoje já está próxima de 70% do PIB

Impedir o avanço do gasto público, respeitando a lei de teto dos gastos que foi recentemente aprovada

Envidar todos os esforços e o capital político advindo das urnas para aprovar, já no primeiro ano de mandato, a Reforma da Previdência

Relações do trabalho

Reduzir o custo do atendimento à conformidade das obrigações acessórias

Estimular a adoção de políticas remuneratórias que permitam a evolução da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, do País

Reduzir a cunha fiscal e os custos indiretos do trabalho

Segurança jurídica

Dar maior previsibilidade/estabilidade às normas [desde a promulgação da Constituição de 1988, até 2017, foram editadas no Brasil 5,7 milhões de normas]

Trazer mais qualidade às normas [clareza nos textos, sem expressões como "revogam-se disposições em contrário"]

Aumentar a celeridade do Judiciário na resolução de conflitos

Educação

Promover a formação continuada de professores em todos os níveis educacionais, porém com destaque no ensino básico

Valorizar a formação técnica no ensino médio, com ênfase na educação profissional

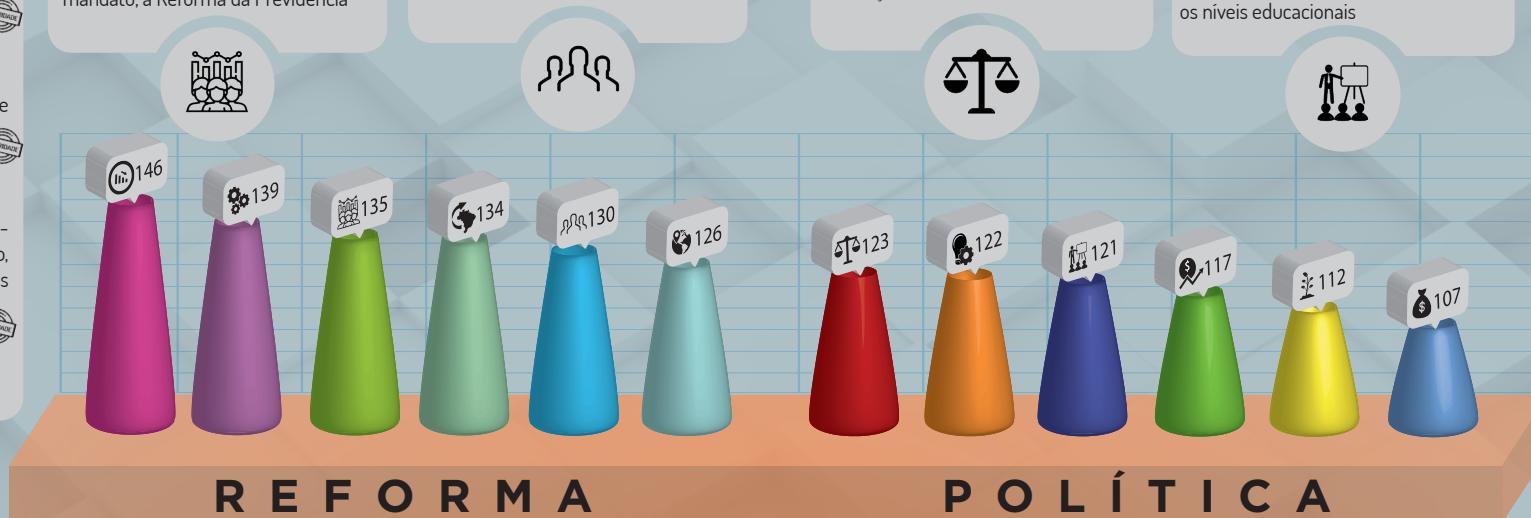
Valorizar – remunerando melhor e viabilizando condições de trabalho apropriadas – a profissão do professor em todos os níveis educacionais

Meio ambiente

Promover programas de incentivo à eficiência energética na indústria

Incentivar a compra e a modernização de equipamentos industriais que sejam mais econômicos em relação ao uso de energia ou de qualquer outro recurso natural

Buscar mecanismos de integração de sistemas e de políticas entre os entes da federação, órgãos federais, estaduais e municipais, de forma a diminuir o tempo médio de liberação de licenças ambientais



Legenda:

- Ítem prioritários
- Votos recebidos



Infraestrutura

Promoção da privatização ou concessão de empreendimentos em infraestrutura, à exemplo da Eletrobras, estradas, portos, aeroportos, etc

Buscar mecanismos que permitam a aproximação dos custos de energia, especialmente elétrica, e da segurança na oferta (estabilidade no fornecimento) aos de países que competem mais diretamente com o Brasil

Reduzir drasticamente a burocracia nos portos, sobretudo com vistas a agilizar o comércio exterior

Eficiência do Estado/Desburocratização

Aumentar a transparência das ações de todo o setor público, tal qual foi feito pela lei da transparência

Reestruturar a Segurança Pública em todas as suas esferas, por meio da articulação integrada de todas as forças, num Plano Nacional

Promover políticas públicas eficazes no combate à economia informal, envolvendo questões como comércio irregular, pirataria, propriedade intelectual, dentre outros

Comércio internacional

Priorizar a agenda de acordos internacionais em paralelo à agenda de competitividade sistêmica do País;

Desburocratizar o comércio exterior

Reduzir o tempo, e conseqüentemente o custo, do desembaraço aduaneiro

Política industrial e de inovação

Reequilibrar o peso dos tributos entre os setores econômicos, uma vez que a indústria está sobrecarregada ao pagar cerca de 30% da carga tributária e representar apenas 10% do PIB

Aperfeiçoamento das políticas industriais setoriais, sobretudo em setores que têm capacidade de absorver mais mão de obra

Permitir que os investimentos em inovação sejam incentivados também às médias, pequenas e microempresas como ocorre, por exemplo, com as empresas de Lucro Real com a Lei do Bem

Produtividade da empresa

Usar os instrumentos de compras governamentais para o fortalecimento da indústria nacional

Fortalecimento de programas de estímulo às startups para o desenvolvimento de soluções para a indústria

Estimular, por meio das universidades públicas e de todas as áreas do conhecimento (não restritas às engenharias), PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) na formulação e implementação de programas voltados à indústria 4.0

Financiamento

Propor alternativas para o desenvolvimento de novas formas de financiamento de longo prazo, inclusive estimulando a participação de agentes financeiros estrangeiros

Enfrentar, de fato e de direito, ultrapassando a simples análise de diagnósticos já realizada, a redução dos spreads bancários

Reorganizar a participação dos agentes públicos de fomento de forma a fazer com que o crédito chegue às empresas, sobretudo às médias, pequenas e microempresas